



## POR QUE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA HOMENS?

Fátima Cristina Vieira Perurena\*

### RESUMO

Este trabalho propõe-se tratar da desigualdade de gênero vigente na sociedade brasileira e que tem como consequência a violência sexual que sofrem crianças dentro de suas próprias casas perpetrada por seus próprios pais, parentes e outros que vivem ao seu redor. Discute os conceitos de gênero e patriarcado propondo políticas públicas voltadas para os homens como uma forma possível de diminuir desigualdades.

Palavras-chave: gênero, patriarcado, homens

### ABSTRACT

This work intend to expose gender inequality in the brazilian society whose consequence is the sexual violence suffered by children in their own homes by their own parents (men), relatives and others that live around them. It discuss the concepts of gender and patriarchy and propose public politics to men as a possible way to diminish inequalities.

Key words: gender, patriarchy, men

## 1 INTRODUÇÃO

As lutas feministas vêm de há muito tempo, seja na academia seja através dos movimentos sociais. A bem da verdade, as mulheres têm sido o alvo primordial do pouco que tem se feito em termos de políticas públicas em se tratando de gênero. É possível que este dado se deva a que, num primeiro momento, o conceito de gênero tenha simplesmente substituído o substantivo mulher, já que estas eram as vítimas do sistema de relações de gênero em que se vivia e vive.

Este trabalho trata da temática da violência sexual que sofrem crianças, meninas e meninos, dentro de seus próprios lares, partindo das discussões dos conceitos de gênero e patriarcado. Embora se saiba que os meninos também são violentados sexualmente as meninas aparecem de forma aterradora quando os números são divulgados, assim como aterradores são os dados em relação aos seus agressores – normalmente seus pais biológicos, seguido de seus padrastos, parentes próximos e vizinhos.

---

\*Doutora. Docente do Departamento de Ciências Sociais-Universidade Federal de Santa Maria.

Tendo claro, portanto, quem agride e quem é o agredido, este trabalho sugere que políticas públicas se voltem mais para os homens. Neste caso, da transgressão dos direitos humanos dessas crianças, faz-se necessário que o agressor tenha rigorosa consciência do mal que está infligindo àquele pequeno ser indefeso.

## 1. GÊNERO E PATRIARCADO

Embora o conceito de gênero esteja envolto em bruma e areia movediça ao mesmo tempo, há um certo consenso ao seu redor no que tange ao fato do mesmo ser construído socialmente, ainda que muitos confundam gênero com sexo e conceituem-no como o dado biológico. O que algumas feministas estão querendo dizer quando se referem a gênero, e que pode estar apenas ratificando a dualidade, é mais ou menos o que Lerner coloca quando afirma:

Sexo é o dado biológico para homens e mulheres. Gênero é a definição cultural do comportamento definido como apropriado aos sexos em uma dada sociedade em um dado tempo. Gênero é um conjunto de papéis culturais; portanto é um produto cultural que muda com o tempo” (Lerner, 1986:10).

Para outra teórica feminista, gênero seria

...como um processo de construção social, um sistema de estratificação social e uma instituição que estrutura todos os aspectos de nossas vidas devido a sua incrustação na família, no lugar de trabalho, e no estado, bem como na sexualidade, linguagem e cultura(Lorber, 1994:5).

Muitas outras conceituações poderiam ser comentadas, mas todas com o mesmo sentido. Na realidade, o debate não saiu muito deste conceito fornecido por Lerner e Lorber: de um lado, os essencialistas biológicos (que vêem o gênero como resultado da diferença biológica), do outro, os essencialistas sociais (que vêem o gênero como construção social), e, ainda, os que se pode chamar de ultra-essencialistas, ou os pós-modernos (que vêem tanto o gênero quanto o sexo como construção social). Acredita-se que o conceito de gênero, que dá impressão de dizer respeito a homens e mulheres está afeito, na verdade, apenas à categoria das mulheres, como fica claro no texto de Sorj, quando, referindo-se aos três elementos centrais que marcam a construção teórica do feminismo, afirma: “*O primeiro refere-se à universalidade da categoria gênero, que pressupõe uma experiência comum das mulheres...*” (Sorj,1992:160); mesmo salientando que, no Brasil, a partir do final da década de 80 começou a haver uma sinalização no sentido de substituir os estudos de mulher pelos de gênero, Machado afirma: “*Os estudos*

*de mulher e/ou de gênero acompanham as mudanças, flutuações e divergências temporais e espaciais dos movimentos feministas do mundo francês e anglo-saxônico...*” (Machado, 1992:24) As conjunções **e** e **ou** deram o tom do sentido que se quis dar. Harding (1987), buscando explicar os motivos pelos quais não existe um método feminista, entende que há outras questões que devem ser levadas em consideração, quais sejam: novos recursos empíricos e teóricos: as experiências das mulheres, e novas propostas para a ciência social: para as mulheres. Também esta importante filósofa feminista não saiu do mundo das mulheres.

Pode-se dizer, então, que houve, efetivamente, a substituição. Não se falou mais em estudos sobre mulheres, mas em estudos de gênero, só que o gênero, para alguns autores, enquanto conceito, dizia respeito, na verdade, apenas às mulheres. Os homens, embora onipresentes no esquema de dominação de gênero, estavam “excluídos” da sociedade. Partindo de uma leitura do marxismo feita através de um monóculo, muita gente pareceu ter “descoberto” a **verdade** que se escondia atrás da palavra gênero, deixando de lado, inclusive a classe – categoria central no pensamento materialista de vertente marxista, embora muitos tenham feito o esforço de equipará-la a esta, como é o caso de MacKinnon (1982) e Saffioti (1992), que tentaram tirar o gênero do caminho de mão única que estava começando a trilhar.

Em seu estudo sobre o patriarcado, Lerner (1986) relata que, sob a influência de teorias marxistas, antes de tomar contato com os dados empíricos, ela teria visualizado o surgimento do patriarcado como um tipo de “derrubada” revolucionária que teria alterado visivelmente as relações de poder existentes na sociedade. A seqüência de eventos que ela havia imaginado que fossem verdadeiras não iam ao encontro dos dados encontrados. Não havia nenhuma evidência de “derrubada”.

O período de ‘estabelecimento do patriarcado’ não era um ‘evento’, mas um processo desenvolvido em um período de aproximadamente 2500 anos, de 3100 a 600 a C. Mesmo no Antigo Oriente Próximo, ele ocorreu em diferentes ritmos, em diferentes épocas e em várias sociedades diferentes (Lerner, 1986:8).

Lerner viu e “ouviu” os dados, o que lhe permitiu, entre outras coisas, contestar o clássico estudo de Engels - *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado*.

Introduzido o referencial teórico de gênero, era como se continuasse tudo como era antes, só que agora se tinha um conceito mais abrangente que permitia discutir, entre outras coisas, a questão do poder que está posta nas relações sociais entre homens e mulheres. Mesmo quando Scott, em um texto muito citado, chama atenção para o fato de o gênero ser tanto “...substituto para mulheres como é igualmente utilizado para sugerir que a informação sobre o assunto mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro” (Scott, 1990:7), ainda assim não se pode deixar de duvidar

que o conceito de gênero refere-se apenas a mulheres. Isto vem sendo posto em xeque, e já se tem uma visão mais abrangente (Saffioti, 2004).

Por outro lado, o conceito patriarcado tem sido criticado por vários motivos (Almeida, 1998). Saffioti (1992) esclarece que apesar de não se poder usar o termo patriarcado *tout court*, nada impede que não se possa reconceituá-lo. “O patriarcado pode, por exemplo, ser pensado como um dos esquemas de dominação-exploração componente de uma simbiose da qual participam também o modo de produção e o racismo” (Saffioti, 1992:194). Substituindo a palavra patriarcado por gênero, pode-se concluir que Saffioti estaria dando àquele o mesmo entendimento de gênero? A resposta claramente é não. Apesar do privilegiamento da categoria relações de gênero na maior parte de seus escritos, esta autora, na verdade, nunca deixou de entender o patriarcado como um referencial teórico da maior importância, já que o coloca como um recurso complementar para a compreensão das relações de gênero.

Coward (1983) também chama atenção para o cuidado que se deve ter no uso indiscriminado da categoria patriarcado. Apesar de ter claro que este fenômeno é mais complexo do que parece à primeira vista, ela afirma que é a organização do domínio sexual que cria e sustenta o poder dos homens. Caminhando nas trilhas de Coward, Dimen (1997) entende que o patriarcado é um sistema de dominação como o racismo, estrutura de classes, colonialismo, mas difere destes e de outros por ir direto ao desejo – a integração das relações sociais e psicológicas. Para esta autora, o sexo passa pelas categorias da natureza, psique e cultura, não estando, pois, ancoradas em nenhum especificamente. Para que se compreenda a complexidade do patriarcado é preciso, segundo Dimen, que se crie uma teoria que junte psique e sociedade, uma teoria que, na verdade, suplante as bases estabelecidas da ciência cartesiana.

Se o patriarcado é um fato histórico, portanto, que teve um começo, há que se perguntar, apoiado nos dados de Lerner (1986): o que aconteceu que fez com que tudo aquilo se transformasse em controle e opressão das mulheres? Johnson pergunta-se:

...que engenho social teria sido suficientemente poderoso para quebrar os limites de igualdade entre mulheres e homens?...Como pode que sistemas de parentesco organizados em torno de mães e seus parentes de sangue tivessem se tornado exclusivamente identificados com machos? (Johnson, 1997:48)

Um debate que atravessa a discussão sobre patriarcado e relações de gênero é o da universalidade da subordinação feminina, debate que, de certa forma, cria uma discussão inócua, que não leva a qualquer resposta procedente, podendo, sim, encaminhar para explicações de cunho essencialista biológico. Assim, o fenômeno da assimetria sexual é aceito pelas correntes mais conservadoras que reivindicam a “naturalidade” da atribuição de diferentes papéis para homens e mulheres, mas, pergunta-se, em que bases? Em bases

biológicas – aquelas velhas conhecidas que defendem que a maior força física dos homens, sua habilidade em desenvolver corridas mais rápidas, seu poder de carregar pesos maiores e sua maior agressividade fez com que os mesmos se tornassem caçadores, e, por conta destas habilidades caçadoras, tornaram-se guerreiros. Esta é a explicação do fato de ter-se ainda hoje aquela idéia do homem provedor, daquele que alimentava sua tribo, sendo à mulher destinada a tarefa da procriação e educação da prole. Embora as mudanças estejam ocorrendo, parece que se continua repetindo a história de mais de três mil anos atrás. Esta teoria do homem provedor é negada por Lerner (1986) Assim, longe da subordinação das mulheres ser universal e naturalizante, o que os estudos feministas têm mostrado é que muitas sociedades não apresentam, ou não apresentaram, caráter de dominação ou subordinação das mulheres pelos homens. Nestas sociedades, os dois sexos assumem tarefas complementares, sendo, em consequência deste fato, homens e mulheres também “complementares” – papéis e status podendo ser diferentes, mas não significando desigualdade (Rosaldo e Lamphere, 1979).

Para fins deste trabalho concorda-se com Saffioti quando esta autora admite “...a utilização do conceito de gênero para toda a história, como categoria geral, e o conceito de patriarcado como categoria específica de determinado período, ou seja, para os seis ou sete milênios mais recentes da história da humanidade”(Saffioti, 2004:45) Situados estes conceitos centrais, pode-se, agora, tratar do que se costuma chamar de violência de gênero, e aqui cabe um esclarecimento conceitual.

A palavra violência hoje está nos noticiários diários de todos os meios de comunicação, tal a violência com que isto está acontecendo, e o próprio uso, deliberado, repetido, da palavra neste texto demonstra o quanto este conceito está desgastado, e o quão pouco diz. A palavra, ou o conceito violência vem sendo usado de forma rigorosamente indiscriminada. Assim, concordando, ainda, com Saffioti(1997;2004), entende-se que a violência praticada por homens contra mulheres, dado que as mesmas a compreendem de forma particular, por si só não tem lugar ontológico, e, por isto, esta autora prefere usar o conceito de direitos humanos para dar conta do que comumente se chama de violência doméstica e seus sucedâneos. Afirma Saffioti: “*Fundamentalmente por esta razão, prefere-se trabalhar com o conceito de direitos humanos, entendendo-se por violência todo agenciamento capaz de viola-los*”(Saffioti, 2004:76)

É, portanto, partindo destes atos de violência que violam direitos humanos de crianças que irá se argumentar sobre a urgência de políticas públicas para homens.

## **2.PATRIARCADO E VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS**

Os dados sobre violência sexual contra crianças no Brasil são muito pobres, embora pesquisas já estejam sendo feitas, inclusive sobre abuso sexual incestuoso (Saffioti, 2004). Dos poucos dados obtidos, sabe-se que as vítimas não são adolescentes, mas crianças entre 7 e 10 anos, sendo meninas em sua absoluta maioria (em torno de 93% a 95%). Os pais são os maiores praticantes de agressão sexual, compondo 71,5 por cento do total dos abusos, seguidos pelos padrastos, com 11,1 por cento. (Saffioti, 1997).

Estando claro que a organização de gênero é responsável por esta tragédia que é a violação de direitos humanos de crianças através do sexo, por qual motivo a maioria das pessoas não têm consciência disso? Entende-se, aqui, que o gênero, exatamente por representarem uma das três grandes hierarquias sociais junto à classe e etnia, e que envolve questões de poder mesmo, estão envoltas em mitos de todo tipo. Sendo assim, em nível de senso comum tem-se a seguinte imagem do agressor: monstro, doente, alcoólatra, membro dos setores sociais pobres, incapaz de controlar seus impulsos quando estressado, portador de uma sexualidade incontrolável. Os dados estatísticos apontam para outras direções.

Do álcool se sabe que desinibe, mas nem todos alcoólatras são violentos e nem todos os homens violentos são alcoólatras. Pesquisas apontaram que apenas 2,0% dos homens violentos apresentam algum sintoma de doença mental, por outro lado o estresse sozinho não desencadeia ação violenta. Em relação à posição social sabe-se que homens violentos estão “democraticamente” distribuídos em todos os estratos sociais, só que a violência praticada pelos menos favorecidos é mais visível pelos escassos recursos para escondê-la. E, finalmente, não se pode dizer que o abuso sexual é resultado de uma incontrolabilidade das pulsões sexuais. Sabe-se muito bem que o abuso e o estupro, a relação de violência contra as crianças tem que ser minuciosamente planejada, sem a presença da mãe, principalmente. Sendo assim, não há como concordar com sexualidade incontrolável dado que normalmente os abusos são descobertos depois de anos a fio de desrespeito absoluto.

Há solução para tanta violência e sofrimento? É o que se trabalhará na conclusão, a seguir.

### 3 CONCLUSÃO

Chodorow (1990), no seu já clássico estudo, concluiu que as relações de gênero seriam resolvidas se os homens também cuidassem de seus filhos, ou seja, que os homens paternassem. Através da maternagem, a mulher propicia prazer à criança e retira prazer do contato com ela. O homem, como não paterna, não desfruta deste prazer, não troca sensações com o bebê e com a criança maior. Seu desejo não é, portanto, satisfeito. O acúmulo de pulsões sexuais somado ao poder masculino acaba, muitas vezes, por levar o homem a extrapolar os limites da relação de amigo, irmão, tio, e sobretudo de pai. Seu sentido de propriedade, mormente das fêmeas da família, abre-lhe caminho para a transgressão do interdito (Saffioti, 1992 A)

Seguindo a hipótese de Chodorow, pode-se pensa-la como uma possível solução para tentar, pelo menos, diminuir, como se disse, esta tragédia social que é a transgressão de direitos humanos de crianças através da violência sexual. É nesse sentido que se propõe que sejam pensadas políticas públicas voltadas para homens, não deixando, certamente, as mulheres de lado. Mas ao concordar-se com Johnson (1997), quando afirma ser o patriarcado um sistema centrado nos homens, calcado no controle e no medo entre eles, e tendo se verificado, através de pesquisas, quem são os violadores daqueles direitos não há como não deixar de se pensar em voltar-se um pouco mais a atenção para os homens.

Ao defender a incorporação do gênero nas políticas públicas, dando continuidade ao que se foi comentado em relação à discussão gênero-mulheres do ponto de vista teórico –metodológico, Machado (1999) reconhece que os projetos que introduziram a problemática em sua proposta produziram melhores resultados neste quesito. Como esta mesma autora diz, gênero não pode ser considerado uma panacéia para a satisfação de diferentes necessidades. Entretanto, em relação a esta questão da violência sexual vivida por crianças o gênero se mostra como um importante aliado para uma solução possível.

Finalmente, deixa-se aqui uma possível proposta, que tais políticas sejam ainda mais voltadas para aqueles que se tornarão homens adultos, meninos em idade escolar – talvez com estes possa ser feito um trabalho melhor no sentido de fazê-los ver da importância de paternarem, de se envolverem com seus filhos, cuidando-os, amando-os, e, assim, evitando possível violência no futuro.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA**, Suely Souza de. **Femicídio**. algemas(in)visíveis do público-privado. Rio de Janeiro, Ed. Revinter, 1998.
- CHODOROW**, Nancy J. **Psicanálise da maternidade**. uma crítica a partir da mulher. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1990.
- COWARD**, Rosalind. **Patriarchal precedentes**. Sexuality and social relations. London, Boston, Melbourne and Henley, Routledge & Kegan Paul, 1982.
- DIMEN**, Muriel. Poder, sexualidade e intimidade, IN: **JAGGAR**, Alison M. e **BORDO**, Susan. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro, Record/Rosa dos Tempos, 1997.
- HARDING**, Sandra. Introduction: Is there a feminist method? In: **HARDING**, Sandra (ed). **Feminism and methodology**: social Science Issues. Bloomington and Indianapolis, Indiana University Press, 1987.
- JOHNSON**, Allan G. **The gender knot**. Unraveling our patriarchal legacy. Philadelphia, Temple University Press, 1997.
- LERNER**, Gerda. **The Creation of Patriarchy**. New York/Oxford, Oxford University Press, 1986.
- LORBER**, Judith. **Paradoxes of gender**. New Haven and London, Yale University Press, 1994.
- MACHADO**, Leda Maria Vieira. **A incorporação de gênero nas políticas públicas: perspectivas e desafios**. São Paulo, Annablume, 1999.
- MACHADO**, Liz Zanotta. Feminismo, Academia e Interdisciplinaridade, IN: **COSTA**, Albertina de Oliveira e **BRUSCHINI**, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos; São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1992.
- MacKINNON**, Catharine A. *Towar: A feminist theory of the state*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1989.
- ROSALDO**, Zimbalist e **LAMPHERE**, Louise. Introdução, IN: **ROSALDO**, Zimbalist e **LAMPHERE**, Louise (coord). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- SAFFIOTI**, Heleieth I. B. Rearticulando gênero e classe social, IN: **COSTA**, Albertina de Oliveira e **BRUSCHINI**, Cristina (org). **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos; São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1992.
- \_\_\_\_\_. **A transgressão do tabu do incesto**: relatório final de pesquisa, CNPQ, 1992 A
- \_\_\_\_\_. Violência Doméstica ou a Lógica do Galinheiro, IN: **KUPSTAS**, Márcia (org). **Violência em Debate**. São Paulo, Ed. Moderna, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre, **Educação e Realidade**, 16(2) jul/dez 1990.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade, IN: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos; São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1992.